

A ESTRATÉGIA DA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA (O Poder, o Estado e a Administração)

LUCIANO MESQUITA

“Quando o homem permite que a máquina e estado-máquina lhe dominem a consciência, põe em risco não só o seu ser interior mas também o mundo que habita e do qual depende. Permite que o forcem a viver num universo que, no seu sentido mais profundo, está em guerra com a vida humana.”

Reich, Charles — *O Renascer da América — A Revolução dos Jovens* — pág. 128 — RECORD — 1970.

1) O Pressuposto da Democracia

Este trabalho parte do pressuposto de que a democracia (*), se não existe, corresponde pelo menos a um dentre os mais altos ideais humanos. E que, como tal, conduz os homens a esforços constantes para sua

(*) Democracia, no curso de todo este trabalho, será invariavelmente encarada como algo artificialmente criado. Ou seja, democracia não é coisa da natureza, não se insere em suas leis, nem funciona segundo referidas leis, ainda que deva respeitá-las para ser viável.

E mais ainda: Democracia não é religião, nem sistema filosófico, nem regime político. Democracia é mero processo de conduta política, governamental e social, artificialmente imaginado, mas que realmente pode vir a ser vivido se as intenções forem no sentido de garantir o máximo de liberdade possível ao ser humano, respeitando este, repetimos, as chamadas leis naturais.

Assim, nesse ~~estrito~~ ~~senso~~, e unicamente visto através dele, democracia é educação para a democracia e administração a seu serviço, tudo isso para o fim exclusivo de conseguir-se uma civilização democrática.

Não esqueçamos que a malícia totalitária, que não é tão recente quanto se pensa, há de conjecturar: “civilização democrática é, então, civilização artificial”. A este irônico sloganismo, perguntamos o que não é artificial na vida humana, ressalvados seus instintos puramente animais e suas funções fisiológicas.

Esclareça-se, por fim, que o termo “artificial” empregado com relação ao processo democrático ou com relação à própria democracia, é empregado no sentido e na significação de criado, inventado pelo homem, para ajudá-lo nos seus esforços para sair da vida nas cavernas.

concretização, não obstante as cotidianas contradições em que os surpreendemos na desesperada busca de poder (**) crescente.

A democracia não será apenas uma palavra mágica, um simples mito, a viva expressão política do "paraíso perdido" na alma popular? Já não nos preocupa indagar se ela existe, ou se já existiu, algum dia, em algum canto do mundo. Preocupa-nos é saber, é indagar, se ela é algo que pode vir a ser assegurado num mundo padronizado pelos hábitos, submetidos à propaganda; estereotipado de maneira compulsiva; superpopuloso e pobre; mas, ainda assim, aliciante e anunciador de conforto e bem-estar, assim como de poderes até aqui não desfrutados.

É possível a alguma nação de hoje exercitá-la, se vivemos num mundo que repele, pura e simplesmente, as mais legítimas expressões do individualismo, quando não as despreza ou lhes é indiferente; delas valendo-se, quando isto ocorre, apenas para colocá-las a serviço da propaganda e, portanto, de interesses nem sempre defensáveis?

É possível a democracia, sem as manifestações do individualismo, ou sem que respeite, dentro de um sistema equânime, a multiforme singularidade do ser humano, inclusive no campo político?

A democracia evidentemente não se propõe a nos transformar em esclarecidas térmitas. A isso propõem-se os totalitários. Não deixa de vir ao caso, porém, indagar se a democracia, ainda que intentando reagir a esse "ideal" ou a esse propósito, não está sub-repticiamente conduzindo-nos a igual situação, de modo que, não muito futuramente, venham a existir dois tipos de térmitas esclarecidas: as democráticas e as outras.

* * *

A democracia condena, digamos, o superpoder, o poder hegemônico, universal? De forma alguma.

Se ele fosse possível, ou se um dia se fizer possível, isso será a realização dos ideais democráticos na mais ampla acepção; pois, a democracia, à semelhança das religiões, é também messiânica, embora jamais tenha proposto que seu reino não seja deste mundo. Ela é, ao contrário, para ser deste mundo e nele ser fruída. Isso não elimina, entretanto, a presença, entre seus partidários, de muitos que a sonham como possível sugestão aos céus. E nos céus, tudo indica, e o indica justamente por intermédio das leis da natureza, a autoridade prevalece sobre a liberdade e a decisão sobre o consenso.

* * *

De fato, tudo se pode dizer da natureza. Por exemplo, de sua íntima harmonia. De seu equilíbrio e de seu poder de reequilíbrio. De sua evolução e sua tendência à entropia. Da hierarquia de seus fenômenos. De sua

(**) Empregamos o termo "poder" não só no sentido material do poder político e/ou econômico. Temos em vista a ambição de transcendência peculiar ao ser humano e traduzida, nos dias presentes, em ambição de dominação através do saber científico e suas aplicações tecnológicas. Ambição de dominação também peculiarmente humana, mas, no caso, multiplicada e distorcida, e até enriquecida pelo poder superlativo permitido em razão dos recursos oferecidos pela nova tecnologia. Recursos esses que tanto poderão ser administrados e usados para o crescente ganho de bens materiais como para a ambição de dominação em si, como paixão, fonte de prestígio e poder de vida e de morte sobre os semelhantes, controlando-lhes inclusive a mente.

força e sua perda de energia. De sua quase imutabilidade em termos do tempo humano, e de sua evidente indiferença em relação aos nossos pobres destinos e nossos ambiciosos propósitos.

Nunca, porém, da evidência de sua liberdade ou de sua concordância com a liberdade que almejamos e buscamos, ainda que a custa de intensos sofrimentos. O valor liberdade parece não ser reconhecido no campo da natureza.

Não é assim improvável que a liberdade corresponda tão-somente a um valor humano, representando justamente o sinal de nossa divindade extramaterial, ou, no mínimo, o sinal de nossa singularidade no mundo.

Com relação ao consenso nem é bom falar.

Na natureza a decisão é que parece fatal, desde que os fatores entrem em combinação. E, para dito efeito, não existe prévio consenso. Ou obedece a leis naturais fixas e eternas; ou decorre da chamada "lei do acaso", se é que esta lei existe fora dos termos de uma avaliação humana. É o *fiat lux*. E a luz se fez.

* * *

Com relação à "necessidade de nos conformarmos com a ordem pre-existente do mundo, assegura Alexis Carrel, o seguinte: "Em resumo: há uma ordem no mundo. O comportamento de cada um depende de sua estrutura. As leis naturais exprimem o modo de ser das coisas: são inexoráveis, universais, silenciosas e eternas".

E, adiante, numa conclusão quase melancólica, se não fora sobretudo veraz e realística, acrescenta: "Há uma trágica oposição entre a sua liberdade de pensar e de agir e as exigências das leis naturais. Se ele quiser sobreviver, deverá impor-se a si mesmo uma rigorosa disciplina e respeitar os modos de ser das coisas. O uso sem restrições da liberdade condena-o, a ele e aos seus descendentes, à degenerescência e à morte. A ascese é uma necessidade da vida". (1)

Não ingressemos, porém, nesse campo. Seria aprofundar demais questões que, neste estudo, servem apenas de pontos de referência e pressuposto.

2) Democracia e Mito

Se a democracia poderá um dia vir a ser plena em algum lugar, não sabemos. Sabemos, entretanto, que pode vir a ser possível, e que em sua busca devemos viver lutando, sem contudo transformá-la em mito. Ao contrário, por ela devemos lutar procurando sempre desmistificá-la, carregados da intenção ou da disposição de exercitá-la, porque, a sabemos ser a forma de organização política, a única talvez entre todas, menos opressiva. E, por isso, a única apta a gerar liberdade, liberdade que diríamos ser antes de mais nada a possibilidade ou a confiança de se viver em paz e organizado, sem a presença compulsiva da prepotência.

(1) Carrel, Alexis — "O Homem Perante a Vida" — pág. 80 — Editora Nacional — Porto — 1959.

Quando pairamos a dez mil metros de altura, num trijato, comunicando-nos com os nossos semelhantes, se tanto desejarmos, alimentando-nos e atendendo até às nossas necessidades fisiológicas; vivendo, enfim, como em terra firme o fazemos, encontramos-nos evidentemente numa situação artificial, em luta contra a lei da gravidade; mas nem por isso numa situação irreal. Ao contrário: realíssima e que só o engenho humano foi capaz de imaginar e concretizar. A democracia é, entre as formas do viver político e do viver em geral, uma espécie de trijato que poderemos construir com a vantagem de o manter em terra firme, para nela vivermos da melhor forma possível do ângulo da convivência humana, no mundo e com o mundo.

* * *

A democracia, vale a pena dizer desde já, a fim de que sejam previamente eliminados os possíveis equívocos em torno de como a entendemos, é, a nosso ver, e seja em que grau, acepção ou extensão for praticada, apenas um método de ação política (*) para a floração de algo mais fundamental para a condição humana, que é o viver em liberdade sem medo, para exprimir-se ela mesma, a condição humana, na medida das virtualidades de sua sobrenatureza (**).

A democracia refoge, pois, da mecânica biológica, que é fatalista no sentido de submetida a leis naturais "inexoráveis, universais, silenciosas e eternas". Do ângulo do espírito ou da sobrenatureza humana, a democracia não é assim senão uma clareira aberta nas selvas de nossas rudes convivências, para o fim específico de fazê-las ou torná-las possíveis para além do ódio, da destruição e da morte, quando tão-somente acutiladas pela ânsia, pela exasperação e a desvario de poder.

* * *

Conseqüentemente, a democracia funciona como um empuxe contra a lei da gravidade na área do poder, lei esta que a este último admite venha a ser exercido de modo ilegal e construído despoticamente se examinado à luz da razão e do direito, mas justificado, perfeitamente justificado, se visto pelo prisma fatal da natureza; o que de modo nenhum poderá vir a ocorrer nos trâmites e rituais da democracia, que nunca poderá ser ilegítima, nem funcionar fora da legalidade estabelecida; pois nela não há a figura do poder ilegítimo, ilegal e usurpado.

* * *

(*) Usamos a expressão "método de ação política" no seu mais alto significado, incluindo, no método e na própria ação, a filosofia e a ciência política; a estratégia e a tática do viver geral e de todas as suas singularidades, inserindo o facciosismo natural da vida política (e a nem sempre evitável brutalidade de ação que lhe corresponde) entre os itens que a democracia compete corrigir, polir, apertelçoar, controlar, prevenir e transmutar em convívio inteligente. Nesse método devem caber todos os processos que levaram Alvin Toffler a sugerir, não só para o futuro, mas para o agora e o desde já, o que chamou de "democracia antecipatória".

(**) O termo "sobrenatureza" o empregamos como valor ainda não usado ou ainda não devidamente explorado pelo ser humano, valor este que ele tem dentro de si como animal singular da face da terra, e não no seu sentido espiritual, extraterreno e divino, embora no uso que dele fazemos não excluamos dito sentido.

A presente nota explicativa faz-se necessária, a fim de que não resultem equívocos com relação ao que reconhecemos ser a aspiração fundamental do ser humano, ainda que nesta aspiração nada se contenha que conduza a conotações místicas e religiosas. Assim, referimo-nos à "Sobrenatureza humana" que leva o ser humano a querer construir ou reconstruir, na face da terra, o paraíso que julga ou sente que perdeu, um dia; e que, tudo indica, um dia, ele poderá vir a destrutur se não fizer de sua racionalidade (e da racionalização) venenos que o levem a secar as fontes de sua inata ternura pelo mundo, e de sua imaginação criadora.

De qualquer modo, para o propósito de adiante situarmos a administração como um dentre os pontos sensíveis para a existência de democracia em qualquer sociedade, nação e estado, registramos também que democracia é, sobretudo, clima. Isto é, para dito propósito, parece-nos sob muitos aspectos irrelevante o regime de governo; pois, importante, importante mesmo, é que o governo instituído se incline (constantemente incline-se) por adotar procedimentos democráticos para decidir e executar. E esta inclinação é fruto de um sistema instituído que funciona em verdade contrariando algumas das leis fundamentais do instinto humano, tendo por alicerces a razão e tudo mais quanto o homem, no afã de alçar-se além de sua condição puramente animal, vem criando, aperfeiçoando, e por vezes retrocedendo na produção de suas culturas e civilizações.

Podemos, em virtude de semelhante enfoque, considerar que, no curso da obscura e sangrenta história, tenham existido culturas e civilizações, senão democráticas, pelo menos tendentes, inclinadas a produzirem instituições e modos de vida democráticos? Parece que sim, e a velha Grécia Ateniense, representa, sem dúvida, significativo padrão do passado.

Sendo, pois, clima, a democracia é antes de mais nada a resultante de um processo, apoiados no qual auscultamos, fazemos opções, ponderamos e somamos, dividimos e repartimos competências, aliciamos e controlamos vontades, nos autodominamos e nos educamos, tudo isto para o fim superior de também conquistarmos a liderança que pretendemos exercer, bem como a adesão e a participação de substancial maioria para tudo quanto projetamos fazer, individual e coletivamente em nome do poder de governar.

O clima democrático, para existir, pressupõe, portanto, educação, inclusive geral e popular, para a compreensão de que viver democraticamente é a única maneira de se contar com a possibilidade ou a confiança de se viver em paz; (*) contando-se, por outro lado, com uma camada governante pressupostamente imbuída dos espíritos de verdade e justiça.

* * *

3) Condições Fundamentais da Democracia

Assim, tanto poderemos fruir de clima democrático num regime como noutro, desde que tal regime não seja politicamente organizado sob o

(*) "Viver em paz" não é, a rigor, viver sem guerras. A guerra é um dado da natureza em geral e da natureza animal e humana em particular, que malgrado todos os ideais certamente não poderá vir a ser eliminada como não será a morte, que é necessária à vida e dela faz parte.

"Viver em paz" com relação a esse item extremo que é a guerra, é poder contar com a segurança de que todo diálogo foi tentado antes, e que tudo será feito, ainda que depois, para o desarmamento dos espíritos e a correlação dos corações; contando-se também com a íntima e a externa segurança de que no seu curso, o de uma possível e inevitável guerra, o semelhante jamais vai esquecer que do outro lado é seu semelhante que luta.

"Viver em paz" é, pois, viver numa incessante guerra de esforços para, de um lado, construir-se cada dia um mundo melhor, porque dele erradicada a violência gratuita e criminosa, as ambições e as riquezas pessoais desmedidas e afrontosas; assim como erradicados, também, o cultivo das perversões e a recusa ao dever do trabalho, que é de todos.

princípio do partido único, nem fundado no poder pessoal de um cidadão, ou de um grupo ou camarilha.

É possível imaginar-se, num esquema assim, a permanência, no poder, por longo tempo, de uma mesma camada governante, desde que os mecanismos da legitimidade do poder, constitucionalmente estatuídos, funcionem sob constantes fiscalização e ratificação popular.

É de reconhecer-se, por uma questão de realismo, que um clima dessa natureza será mais facilmente obtido numa nação de pequena extensão territorial, com equilíbrio demográfico, em vez de num país de extensão e população de dimensões imperiais, mas, mesmo nos primeiros, a tendência será inelutavelmente para o enraizamento de suas camadas governantes, pois é da natureza humana não só amar o poder como a este apegar-se com unhas e dentes. Seja como for, o processo democrático e a mecânica de sua operação, de modo geral, previamente indicam as correções necessárias à perfeita sanidade do sistema instituído que, na prática, pode assumir formas diversas, com mecânicas diversas ajustadas à história, à índole e aos gênios tutelares de cada nação ou povo.

4) Legitimidade e Representação

A burguesia foi que de fato inventou o sistema democrático instituído no ocidente, e o inventou, sem dúvida, mais como forma ou processo de alçar-se e manter-se ela própria no poder, que movida pela inspiração de que o poder é uma delegação de todos para alguns. Dita inspiração foi (ou é) de alguns pensadores, fruto de espíritos inclinados a sugestões edificantes, que, por serem assim, servem de fermento à tomada de poder, e à crença ilusória, sempre fugaz, de que na realidade assim pode ser ou é.

Na verdade, o povo jamais acreditou ser ele a encarnação do poder, acreditando e querendo, embora, ser ele o real fiador do poder existente e instituído. E esta fiança ele a expressa, de modo geral, silenciosamente.

É que o povo, em todos os tempos, sempre foi legitimista. Ele é, aliás, normalmente, por índole e composição legitimista. No que ele crê é no poder legítimo. E o que ele quer é o poder legítimo. Esta legitimidade, todavia, o povo jamais a fez ou a viu encarnada em pessoas, mas em sistemas que façam das pessoas, ao poder alçadas, senão suas legítimas representantes, no mínimo, seus defensores, seus juízes, seus chefes e líderes, seus legítimos intérpretes. Eis porque o povo, para alguns analistas ou intérpretes, alimenta no íntimo visão quase monárquica da estrutura social, razão pela qual o chamado "poder de origem divina" sempre representou, para ele, uma transposição de seu natural instinto de submissão ao poder divino em si, isto é, ao Deus Criador.

* * *

Representantes, intérpretes e líderes, em que sentido? No sentido de diretamente eleitos para determinados cargos ou funções, ou representantes no sentido de executores da lei, encarando-a invariavelmente como texto normativo para a aplicação da justiça e a segurança de liberdade?

Representantes, intérpretes e líderes, porque inamovíveis ou irremovíveis das parcelas de poder que detêm no contexto geral do poder; ou representantes justamente porque também puníveis, também removíveis, se no exercício dos cargos e funções tentarem fraudar o contrato social entre os que exercem o poder de mando, e os demais, que obedecem, mas com poder de veto e execração, ainda que só pelos caminhos da insurreição e da resistência?

Legítimos por herança, por concurso ou eleição, ou legítimos porque alçados ao mando e ao poder sem ao primeiro nem ao segundo assaltarem e, sim, mediante processos previstos em lei, com base, no mínimo, numa espécie de consenso?

Legítimos porque no poder por prazo fixo, pré-determinado, ou legítimos porque, enquanto nele, não representam senão a coerção dos entes coletivos sobre as tendências individualistas das exceções, assegurando, assim, equidade, ainda que entre desiguais?

* * *

Todas estas indagações não significam senão a necessidade de, com base na imaginação criadora, estabelecer-se novos e diferentes esquemas (e processos) legitimadores do poder e, pois, de suas representações, fazendo-se para tanto, como propõe **Alvin Toffler**, um "uso imaginoso das novas tecnologias". Pois, o poder ou é fruto da brutalidade e da rapacidade, ou algo que o homem, no curso milenar da história, por instinto ou razão, houve por bem disciplinar, ampliar, limitar, dignificar, sagrar, consagrar e reconhecer; a ele submeter-se e a ele exercer, para a disciplinação e a condução da vida coletiva.

Eis porque, na área do poder, os signos da representação e da legitimidade são sem dúvida os mais importantes; ou aqueles em relação aos quais temos que dedicar especial tratamento. Tratamento este que revele espírito de justiça, extrema sensibilidade com relação aos pontos de força social, e os vetores que demarcam as aspirações em curso na infra-estrutura social.

* * *

Legitimidade e representação, eis pois os verdadeiros e indiscutíveis genitores do poder não fundado na brutalidade da força e, sim, tão-somente, na força do direito criado e instituído para a disciplinação da convivência, e o uso dos bens disponíveis ou criados para o conforto, o prazer e o aperfeiçoamento espiritual e moral do viver humano.

Será que somente para os efeitos acima indicados, ou também para busca fatal de poder e glória?

O fato é que, no poder democrático, a legitimidade e a representação precisam ser indubitavelmente claras para de si mesmas dizerem, sem margens de dúvidas, que assim o são; isto é, legítimas e representativas em virtude de anterioridade muito acima, seja das individualidades em particular, seja dos interesses dos que o poder exercem; seja, ainda, do

interesse tão-somente do estado, que, por ser ente de razão, jamais acima do homem e das dimensões humanas deve pairar.

Um aspecto vale anotar antes da conclusão deste tópico: a existência da democracia é mais facilmente verificável pela afirmação do que *ela não é*, que por meio de definições diretas do que ela é ou venha a ser.

5) A Democracia pelo que não é

A democracia poderá assentar-se no superpoder, hegemônico, universal; mas dito poder há de ser necessariamente consentido. Nunca despótico, nem carismático, embora a democracia carregue em si mesma, como dissemos, as sementes messiânicas de tudo quanto de certa forma promete entendimento entre os homens, segurança no viver e condições para a expressão transcendente do ser humano. A prova da extraordinária força de sua mensagem, encontramos-na na necessidade que todos sentem de admiti-la, ainda que como simples aparato, dizendo que a buscam ou a vivem, pervertendo-a, embora, diante de nossos próprios olhos. Isso não obstante, a democracia é inconfundível como conduta política, forma de organização do poder e da própria sociedade vista como se aquele não a presidisse ou nem mesmo existisse.

* * *

Dentre os sinais que a fazem inconfundível, anotamos que democracia não é regime de exceção. Não é poder absoluto. Não é limitação extremada da liberdade individual e coletiva. Não é segurança contra a liberdade. Não é estado de direito no qual as minorias não tenham direito de expressão. Não é privilégio de classe em qualquer sentido, isto é, econômico ou profissional ou social. Não é desigualdade perante a lei. Não é falta de fiscalização popular e, pois, de recusa à informação permanente. Democracia é governo às claras, com gavetas que podem ser abertas a qualquer momento. Não é impunidade dos crimes contra as pessoas e os patrimônios público e privado. Não é indisciplina nem subversão. Não é consentimento para a corrupção sob qualquer aspecto. Não é paternalismo. Não é direito da maioria, porque é o direito inarredável de expressão das minorias. Não é padronização nem massificação. Não é "o dever de todos se assemelharem". (2)

Democracia não é, também, desenvolvimento, porque é muito mais que isto. E não é subdesenvolvimento, porque simplesmente não pode ser nele suscitada.

* * *

Com base nas negativas acima arroladas que, a nosso ver, melhor caracterizam a democracia que qualquer tentativa de sua definição (é oportuno lembrar que os Dez Mandamentos são enunciados pela negativa), podemos então entender uma administração para a democracia como sen-

(2) Expressão usada por Pier Paolo Pasolini, em entrevista na revista VEJA, n.º 256, de 1.º-8-73.

do aquela que, fundada na inspiração democrática, opere constantemente na busca e obtenção de consentimento, admitindo a diversificação (3) como um dentre os alicerces de sua própria expressão nacional.

6) Consentimento e Diversificação

Consentimento obtém-se através de constantes aferições das tendências atuais e previsíveis da vida nacional em todos os seus setores, em confrontos diretos, indiretos e subtis com a opinião pública em geral, por todos os seus escalões.

Anote-se, por outro lado, que o consentimento raramente é expresso, visto que é de sua índole ser tácito e, tanto mais rico em conteúdo e verdade quanto mais tácito for, e quando suscite adesão e participação espontâneas; ou, no mínimo, interesse popular de acompanhar o que se projeta, se programa e se faz na área do poder, ou mais precisamente, na área do governo.

A diversificação, por sua vez, há de ser acolhida como fato não só natural, como até necessário e útil ao corpo social tomado em sua globalidade.

(3) Empregamos o termo "diversificação" no sentido em que Alvin Toffler, no seu best-seller — "O Choque do Futuro" — Editora Artenova S/A — Janeiro, 1973, refere-se a "diversidade". No tópico "As Exigências da Liberdade", na pág. 215, assim conclui ele em relação à Revolução Superindustrial:

"A Revolução Superindustrial liberará o homem dos vários barbarismos que nascem dos padrões familiares restritivos, relativamente não passíveis do exercício da escolha, tanto do passado como do presente. Oferecerá a todos um grau de liberdade até aqui desconhecido.

Mas exigirá um preço alto para a implantação dessa liberdade — (O grifo é nosso.)

À medida que nos encaminhamos ruidosamente para o futuro, milhões de homens e mulheres comuns terão de enfrentar opções preñhes de cargas emocionais tão desconcertantes, tão inéditas, que a experiência das situações passadas oferecerá pouca valia para a sabedoria das suas resoluções. Dentro das suas vinculações de família, assim como em todos os aspectos das suas vidas, serão obrigadas a enfrentar não apenas a transitoriedade, como ainda o elemento acrecido das coisas novas.

Desta forma, tanto nos assuntos triviais quanto nos de maiores dimensões, nos conflitos de caráter mais amplamente público e nos de condições particulares, o equilíbrio entre a rotina e a não-rotina, entre o previsível e o não-previsível, entre o conhecido e o desconhecido será alterado. O índice das coisas novas subirá consideravelmente.

Dentro de uma ambiência como esta de mutações rápidas e de aspectos não conhecidos, seremos forçados, à medida que vamos abrindo os nossos caminhos pelas avenidas da vida, a fazer as nossas escolhas a partir de um painel de possibilidades diversas de opções. E é a terceira característica central do dia de amanhã, a diversidade, que agora devemos focalizar a nossa atenção. Porquanto é a convergência final desses três fatores — a transitoriedade, a novidade e a diversidade — que armará o palco para a crise histórica da adaptação que é a matéria deste livro — O Choque do Futuro."

O trecho acima transcrito, embora diga respeito ao futuro, isto é, ao que mais futuramente deverá ocorrer, ou já vem ocorrendo nas sociedades superindustriais, encerra significativo interesse para o presente; pois, a rigor, o que Toffler nos sugere em todo seu livro, assim como tudo quanto propomos com relação à possibilidade de vir a existir uma administração adequada à democracia, é que precisamos nos preparar, especialmente no campo do estado, para receber e programar as adaptações necessárias à vida humana e, pois, à vida política numa sociedade apoiada na cibernética.

Assim, concluímos nós: uma sociedade, em futuro mais ou menos próximo, será tanto mais de índole democrática, quanto mais precisa e inteligentemente tiver em vista os fatores da transitoriedade, da novidade, e da diversidade, atuando o estado e, conseqüentemente, a administração, como antes corrativos o mínimo possível repressores no sentido de apegados a rituais ultrapassados, porque ajustados a culturas em acelerado processo de transformação ou praticamente mortas, isto é, simplesmente históricas do ângulo em que as vemos nos dias presentes.

Não fora a diversificação, que é um dado da natureza e que está na natureza, a vida humana seria evidentemente de uma monotonia além da compreensão humana como a entendemos e vivemos. Ou mais precisamente, se não fora a diversificação, seríamos outros seres que não os humanos que somos. Seríamos, quando muito, é de presumir-se, castores de maior porte.

Nesse caso, e assim sendo, a diversificação, encarada do ângulo do estado ou da ação governativa, há que ser acolhida: não como reação e, só por exceção, como rebeldia. Ela tem que ser acolhida como necessidade inerente à própria atribuição de governar. Não fora ela, aliás, necessidade intrínseca da atribuição de governar (e governar humanamente como concebemos), certamente dita atribuição não existiria, ou seria absolutamente diversa da que temos notícia através da história.

Governar talvez não viesse a ser coisa além da missão da abelha mestra.

E a democracia, como uma dentre as mais altas aspirações humanas de que temos conhecimento, pretende justamente instituir sistemas governativos que tenham em vista, que considerem como natural no fato humano, a presença da diversificação e sua importância para o incentivo do poder criativo do homem.

Desse modo, num estado instalado que tenha entre seus objetivos reprimir a diversificação, dele somente se poderá esperar sensaboria, tédio, uniformização, estratificação e rigidez e, pois, tendência à crueldade e à opressão nos seus sentidos mais absorventes e cristalizadores, o que sem dúvida ocorre no estado marxista — leninista, evidentemente fundado no equívoco de que é possível vir a existir uma sociedade monolítica, presidida por um estado monolítico, apoiado num único partido monolítico, instalado para o prévio exercício da ditadura, e uma classe social e econômica como prévia clareira para possível caminho na direção da democracia.

7) Administração é eficiência

Administração, e aqui não nos referimos apenas à administração pública, é fator que está na base de todas as operações humanas que buscam a um fim, ou que pretendem o alcance de um fim. Já é cediço dizer-se que administração é meio, instrumento e apoio, ainda quando relativa às infra-estruturas de competências específicas. Mas, de fato, administração é somente isto: **meio, instrumento e apoio.**

Do ângulo da democracia e no seu próprio contexto, administração, por tudo isso, é um dos itens de tratamento mais difícil e de arrumação a mais complexa, pois, através do tratamento e da arrumação que a ela se der, fácil será ao observador inferir se ela está a serviço de fins democráticos, e, portanto, a serviço das energias criadoras do ser humano, ou se, contrariamente, está servindo de instrumento para a consolidação da hegemonia totalitária, cujo objetivo é fazer do estado algo que ao homem transcende e a ele superpõe-se (e se sobrepõe), malignamente mítico, atribuindo, aos que nele se instalam, poderes que nem ao menos

têm por fundamento a origem divina ou o direito divino, que, embora embuste, teve funções religiosas e sociais definidas no passado.

É que o princípio do partido único, no caso, peça fundamental dos caminhos da servidão comuno-nazi-fascista, ou seja, totalitária, é muito mais absurdo como ente inspirador da organização social e sua divisão entre mandantes e mandados, que o pressuposto da vontade divina.

* * *

Um aspecto, todavia, há que ser anotado como básico na correlação administração-democracia: seja qual for o princípio inspirador da organização social e governista, o idealismo jamais se ajustou e nunca se ajustará à administração.

E, à administração, por sua vez, em virtude de sua natureza, repugnam, na expressão a mais literal possível, os conceitos, as proposições, os comportamentos, os estilos e os objetivos nascidos e inspirados pelo idealismo.

A postura exata, a única a bem dizer válida para a administração como um todo, assim como para o administrador como seu agente propulsor, é a da eficiência.

Administração, poderemos dizer, sumarizando tudo: é eficiência (*).

Como conciliar eficiência com democracia, eis a esfinge a decifrar, pois, parece aos tecnocratas não ser ela possível. A conciliação não será factível se a tecnocracia passar a encarar a eficiência como fator ligado (que pode ser mais ligado) às aspirações da justiça e da liberdade, que às de fatores como potência e poder?

8) Democracia, Verdade, Justiça e Tecnologia

A nosso ver, a conciliação somente será possível se ao contexto democrático (que é essencialmente político e vivencial no mais alto sentido) aditarmos dois valores sem a existência dos quais os caminhos serão sempre tendentemente totalitários (ou, em suas formas mais brandas, autoritários).

Esses valores são: verdade e justiça, valores até os nossos dias quase que somente encarados dos ângulos ético e/ou religioso.

Isso não obstante, ou a política, por uma visão a bem dizer científica — e científica no sentido de adequada, útil e necessária à expressão do homem como “o ser dominante do planeta” —, incorpora a promoção da justiça, e a revelação da verdade (da verdade menor e humana), entre seus princípios institucionais criadores, ou tenderá, com o desenvolvimento científico, a ser tão-só instrumento de opressão planejada, a serviço tão-só, por sua vez, dos objetivos das camadas agressivas e gananciosas de poder sobre seus semelhantes.

(4) Marcuse, Herbert — “Watergate, o Espelho Americano” — Caderno Especial — JB, edição de 22-7-73. Usamos o termo eficiência no exato sentido em que Herbert Marcuse define o termo eficaz. Diz Marcuse:

— “Eficaz significa ter força, estar em vigor, é neutro em relação a valores morais e normas legais”. Isto é, como acrescenta: se der certo, é eficaz; se não der, se criar problemas políticos, se não funcionar, e se, por tudo isso, der confusão, torna-se Ineficaz.

O fato evidente de que na natureza é irrecorrível o domínio dos mais fortes, não faz legítima qualquer doutrina humana que nesse princípio de dominação se apóie, até porque, do ângulo humano, seja com relação às suas inerentes fraquezas, quer seja com apoio na sua extraordinária aptidão para o domínio, a grandeza e a expressão de si próprio, extremamente difícil é dizer-se que homem é forte. Chopin ou Gengis Khan? Pascal ou Napoleão? Tolstói ou Santos Dumont? O homem da rua ou o enclausurado governante? O cientista? O desportista? O operário? O intelectual?

Os homens comuns ou aqueles que dentre as coletividades se destacaram e se destacam? Os biologicamente sadios? Ou os seres doentios como o foram Chopin e Pascal, por exemplo?

* * *

Conseqüentemente, quando dizemos que valores como verdade e justiça precisam ser incorporados aos princípios da pragmática da política democrática, o fazemos de um ângulo que precisamos situar como sendo também científico e tecnológico. Científico, no sentido de serem ditos valores buscados e equacionados como dados e elementos que interessam à ciência e ao conhecimento científico. Tecnológico, porque passíveis de serem esquematizados e, por esse meio ou recurso, passíveis, por sua vez, de definição e apuração científica, e de manipulação no cotidiano da vida, para o benefício, o aprimoramento e a garantia de uma ordem social mais próxima dos grandes ideais humanos.

Afirmamos que, tecnologicamente, será importante se, a par da revolução tecnológica em si, vier a ocorrer uma revolução política, pela via tecnológica, que faça da política um instrumento de racionalização da convivência humana; fundada, entre outros pilares, nos da verdade e da justiça, através de apurações de natureza científica com apoio nos recursos já fornecíveis pela nova tecnologia, infelizmente usados, até aqui, mais para os propósitos da agressão que para os objetivos da comunhão entre os homens.

No caso, resta apenas considerar o que, dentro da relatividade humana e de seus conceitos, podemos entender como sendo verdade e justiça para o conhecimento e o uso, inclusive, tecnológico.

* * *

Sabemos que, no mundo, a inverdade e a injustiça campeiam; mas sabemos também que o homem invariavelmente procura verdade e justiça, ainda que tropeçando em todas as deficiências e fragilidades de sua acuidade, e, até mesmo, de sua vontade.

O fato é que as conotações éticas e religiosas de ambos os valores não excluem, por si, para eles, tratamentos de natureza política e tecnológica⁽⁵⁾. Isso nos parece evidente.

(5) Toffler, Alvin — "O Choque do Futuro" — Editora Artenova S/A, 1.ª edição — Janeiro, 1973.

O que sugerimos encontra apoio no trecho a seguir, que transcrevemos da pág. 21 do livro de Toffler: "Novas máquinas importantes fazem mais do que sugerir ou obrigar a efetivação de alterações em outras máquinas — sugerem elas soluções inéditas, em relação a problemas sociais, filosóficos, ou até mesmo pessoais. Alteram o meio-ambiente intelectual do homem de forma total — a maneira como ele pensa e observa o mundo que o rodeia".

O caso é que a precariedade da verdade e da justiça humanas não justifica, por si, a ironia ante o que pretendem representar, pois a precariedade é uma contingência também do mundo científico.

É bom, no momento, para efeito do que vimos dizendo, não esquecer que **Norbert Wiener**, por exemplo, ao referir-se à Física, assegura que "nenhuma medição física é jamais precisa" (6).

Se assim é, qual o direito que nos resta de tratar a verdade e a justiça humanas com ironia, julgando-as como valores apenas éticos e/ou religiosos, esquecendo-nos de que, sem eles jamais chegaremos perto (como devem chegar as "medições físicas") dos ideais humanos de verdade e justiça? (7)

Ditos ideais, por mais "ideais" que sejam, encerram significativo lastro de utilidade para o viver cotidiano, visto que, em última análise, se atingidos, melhorarão sem dúvida a qualidade da vida corrente. Assim, se vivermos num mundo em que valores como verdade e justiça sejam tanto quanto possível assegurados, certo é que viveremos melhor. E não só quanto à segurança exterior. Também em relação à segurança interior, psicológica e espiritual.

9) Democracia e Justiça Social

O fato da democracia, em suas origens, não ter feito da promoção da justiça social uma bandeira, talvez explique muita coisa a respeito de seus esvaziamentos e de suas falências.

Parece-nos evidente que, no tradicional lema de sua bandeira (liberdade, igualdade e fraternidade), estava implícito o dever de se promover justiça social. E esta, sem dúvida, sob muitos e muitos aspectos, foi promovida, tanto que toda a luta operária do mundo foi travada sob o apátrio da democracia liberal surgida dos escombros daquela revolução. Pena que, nessa luta, significativos ganhos de causa se tenham revertido em armas contra a democracia, dando ensejo à vitória de extremadas ideologias. A verdade é que o direito social afirmou-se perante o mundo, tendo por pano de fundo a sociedade em desenvolvimento.

Foi que, para os democratas, e, por certo, para os enciclopedistas que os precederam, a promoção da justiça social pareceu simples decorrência

(6) **Wiener, Norbert** — "Cibernética e Sociedade" — pág. 10 — Cultrix — 4.ª edição.

(7) **Alexis, Carrel** — págs. 33/34 da sua já citada obra, consigna uma observação interessante que, sob muitos aspectos, calça e ao mesmo tempo invalida toda possibilidade à tese que acima sustentamos com relação às sociedades democráticas. Diz ele: "As nações democráticas desconhecem o valor dos conceitos científicos na organização da existência coletiva. Confiam nas ideologias, sobretudo na ideologia liberal e na ideologia marxista, filhas gêmeas do racionalismo do século das luzes. Ora, nem o liberalismo nem o marxismo assentam sobre a exaustiva observação da realidade."

Transcrevemos a observação justamente para reforçar o ângulo a partir do qual nos colocamos ao convocar as atenções da área tecnológica para valores como verdade e justiça, a fim de que os encare e lhes dê tratamento também científico, sabendo-se embora originalmente éticos e/ou religiosos. Será, a nosso ver, a partir desse tratamento, em bases sistemáticas, que poderemos ter a esperança de que a política, como tal, deixe de ser, sob muitos aspectos, apenas a área da astúcia para a dominação dos seres humanos e o exercício da humana "vocalização suicida", que não é apenas da burguesia, por ser de todos os homens quando situados nos patamares do poder. Esse poder que, no dizer do Sr. Henry Kissinger, "é afrodisíaco". E, que, assim sendo, pode ser considerado como altamente positivo para quem o detém; mas perigoso e ameaçador para a multidão que o sofre.

da aplicação do princípio da razão. Se é esse princípio que conduz à democracia; e se ele, por si, vai apontando para a sociedade e o estado as soluções requeridas pelo natural jogo da vida humana entre os interesses, as paixões e a própria razão; acreditou-se que esta última, por fim, haveria de sair vencedora.

Assim como se acreditou, também, que o mesmo viesse a ocorrer na vida econômica, sob a égide do "deixar fazer e do deixar passar" como a livre competição no campo econômico naturalmente a indicasse e, por fim, a determinasse.

No entanto, a realidade demonstrou que não era, ou não deveria ser bem assim, pois ao estado, além de seu poder de polícia, haveria de caber, também, a indeclinável atribuição de orientar a economia e de promover a justiça social daquela decorrente.

Afinal, para que liberdade, se não houver justiça inclusive na fruição da própria liberdade? Ou se desconhece que há muita liberdade injusta? Liberdade que, de fato, não é nem nunca foi liberdade, mas simples privilégio e abusiva prerrogativa?

Do mesmo modo, para que a igualdade se, em sua aplicação (e não apenas conceituação), não se fizer realmente iguais os que entre si são iguais? Que confiança poderão ter, entre si, os que entre si próprios são desiguais? A quem cabe o amparo e a garantia de paz para os mais fracos ou menos dotados? O poder de polícia basta?

Ou se desconhece que existem igualdades que são tratadas discriminatoriamente e, portanto, sem justiça? Se não se desconhece, fácil então será inferir o quanto é complexa e densa a missão de fazer e de promover justiça social em meio às naturais desigualdades (naturais e muitas vezes intransponíveis) da condição humana.

Conseqüentemente, como haver fraternidade, como ser possível estabelecê-la, se a liberdade e a igualdade não forem fundadas na justiça?

Ou se desconhece que existem, por força mesma da miséria humana, fraternidades espúrias para aliança no crime e o conúbio no mal?

Não resta dúvida, sim, de que, no velho lema da revolução liberal, estava presente e inscrita, embora de modo oculto, a promoção da justiça social. O que a revolução liberal não soube ver, porque não soube distinguir, foi que, para tudo isso, o estado necessariamente haveria de ser suprido e armado de poderes. Não de poderes ideais, praticamente em pé de igualdade, quase no mesmo nível dos mais poderes instituídos no corpo social, mas de poderes que sobre esse corpo refletissem, sem margem de dúvida, a liderança para a promoção da justiça social, como decorrência da garantia legal para as operações da vida econômica.

O conceito de democracia como tal, porém, nada perdeu em si. E a democracia continua a ser o que sempre foi: "um risco calculado", para cujo exercício e permanente afirmação, exige-se: a) um elenco de balanceados princípios, apoiados, de um lado, no direito e na garantia da liberdade; e, de outro, no dever e na garantia de segurança; b) a fé na ra-

zão; c) a autoridade contra a violência e, na base disso tudo, os instrumentos adequados para a tradução dos direitos e deveres numa ordem assim implícitos.

Ou mais precisamente, a existência real de uma organização atuante e presente; apta, portanto, a se fazer válida e respeitada como elemento de liderança para a promoção da justiça social.

Contudo, reconhecemos, embora a democracia seja o que é, e continue sendo o que é, perderam-na e fraudaram-na e, pior que tudo, usaram-na para o surgimento das falsas democracias nazi-comunistas, fundadas no ódio e no ressentimento. No mundo de hoje, entretanto, existem sérias resistências a semelhante uso e fraude.

Pois, quanto ao valor verdade (que por menor e humana que seja jamais deixará de refletir o mistério da criação que a ciência só faz alargar e aprofundar), ou a democracia o inclui entre seus postulados e seus objetivos ou, então, como Pilatos, será julgada pelo menos omissa com relação a dito valor: valor este que, a nosso ver, só pode ser realmente apurável, e realmente válido, se no quadro de uma estratégia democrática, já que é vezo do poder totalitário contra a verdade refugiar-se, se esta o atinge.

10) **Eficiência, Totalitarismo e Tecnologia**

Ao assinalar, como o fizemos em tópico anterior, que administração é eficiência, veio-nos à memória o que disse **Aldous Huxley** a propósito dos totalitarismos de nosso século.

Disse Huxley: “Para os totalitarismos de nosso século mais iluminado, não há alma nem criador, há somente um agregado de matéria-prima fisiológica moldada por reflexos condicionados e pressões sociais que, por cortesia, é chamado de ser humano”. (8)

Quando nos reportamos a totalitarismo, não o fizemos encarando-o tão-só como posição política ou ideológica. Fizêmo-lo, tomando-o como processo abrangente, cada vez mais abrangente e inexoravelmente abrangente, sobretudo se decorrente de segura e planejada implantação de tecnologia eficaz e avançada, justamente para atender às soluções de massa reclamadas pela sociedade de nosso tempo, crescentemente urbana, metropolitana e industrial.

Assim, o totalitarismo não é, necessariamente, apenas o fruto monstruoso de posição política sob muitos aspectos demente. Ele é, também, no mundo de nossos dias, a resultante de uma tendência natural em face das criações da tecnologia, dentre as quais destacamos o computador como padrão e símbolo.

Com esta observação, não consignamos de nossa parte a mais leve restrição à tecnologia e sua máquina paradigma, embora guardemos em vista recente e significativa declaração de **Norman Mailer** (9), de que “devemos aceitar a existência do diabo como hipótese científica” e que “sua primeira manifestação é o computador”.

(8) Huxley, Aldous — “Os Demônios da Loucura” — pág. 215 — CEA — 2.ª edição — 1973.

Compreenda-se que não estamos forçosamente aproximando tecnologia de totalitarismo, nem dizendo que um ao outro, necessariamente, gera. Queremos apenas dizer que existe uma tendência natural de um ao outro recorrer ou determinar, sem necessariamente disso resultar em mútuos serviços e contingente conúbio. Mas tendência de tal modo imperativa que torna insubsistente, senão romântica, esperança a exemplo da manifestada por **Norbert Wiener** (10), ao dizer que “os alicerces da boa vontade aí estão”, ante o pesar que surpreendeu, entre alguns empresários, pelo “mau uso” que se vem fazendo da tecnologia de nosso tempo, visto que aos seus promotores pouco tem importado a previsão de danos futuros, uma vez que, numa visão imediatista, só de lucro cuidam.

O fato é que a tecnologia, tal como hoje dela dispomos, vem servindo, ou à voracidade do dinheiro, ou à da ambição de poder, ou a ambas as voracidades, concomitantemente; quando o bom senso, o simples e velho bom senso nos diz, interiormente nos diz e aconselha, a que dela façamos o instrumento, talvez o mais decisivo até hoje criado pelo homem, para a promoção da riqueza comum, da segurança e da ordem no mundo e, pois, para o aperfeiçoamento da vida humana e para a ascensão do homem aos páramos de uma vida realmente digna, produtiva e espiritualmente confortante, sem que para o alcance dessa espiritualidade reste a necessidade objetiva da adoção de uma atitude mística perante o insondável poder da criação, desse insondável poder da criação que nos conduz necessariamente, a nosso ver, a pelo menos uma “atitude” mística frente ao nosso mundo e ao nosso universo.

Há quem sustente, entretanto, que o mistério da vida não comove nem suscita nada que se aproxime da fé e da reverência. Para esses, tudo será apenas uma questão de tempo. Isto é, a ciência tudo desvendará.

Fascinados pelo acelerado progresso nesses últimos sessenta anos obtido, ou apenas insensíveis ao oculto significado do mistério (especialmente insensíveis à tragédia de que quanto mais o desvendamos, mais por ele somos envolvidos), são, entretanto, em muitos casos, exemplares e defensores de severa ética para a conduta do homem sobre a terra.

Em razão de que, ou fundados em que ou para que, não sabemos. Mas o fato é que assim o são, e isto sem dúvida os aproxima de nós, e os faz de todos eles nossos irmãos.

(9) Mailer, Norman — em tópico do JB, edição de 20-7-73, a respeito de sua personalidade.

(10) Wiener, Norbert — Obra citada, pág. 160. Vale a pena transcrever o período completo escrito por Wiener, no qual manifestou esperança no que chamou de “alicerce da boa vontade”. Diz Wiener: “Desde a publicação da primeira edição deste livro, participei de duas grandes reuniões com representantes do mundo empresarial e fiquei encantado com a consciência que muitos dos presentes demonstraram dos perigos sociais de nossa nova tecnologia e das obrigações sociais dos responsáveis pela direção de cuidar de que as novas modalidades sejam usadas para benefício do homem, para incremento de seu lazer e enriquecimento de uma vida espiritual, em vez de o ser apenas por amor do lucro e pela adoração da máquina como um novo bezerro de ouro. Existem ainda muitos perigos pela frente, mas os alicerces da boa vontade aí estão, e eu não me sinto tão pessimista como ao tempo da publicação da primeira edição deste livro”.

É de se anotar que a primeira edição norte-americana do livro de Norbert Wiener foi em 1950, sendo a tradução brasileira pautada no texto revisado pelo autor, em 1954.

É de se indagar se, de então para cá, isto é, se de 1954 para cá, algo realmente mudou no sentido de dar consistência à esperança por ele manifestada. Estamos convencidos de que não. Estamos, ao contrário, convencidos de que os problemas que a Wiener preocupavam, se vêm agravando, e desse agravamento só têm retirado proveito as minorias políticas radicais e as camadas que tudo de si mesmas dão para se queimarem na “sarça ardente” da tomada do poder sob todas as suas formas e expressões.

11) O "mau uso" e a Idade Mental

A propósito do "mau uso" assinalado por **Wiener**, é de se considerar como procedente e fundada a idéia de que a tecnologia evidentemente adiantou-se ao homem de seu tempo.

Isto é, a humanidade do presente, mesmo a envolvida na promoção da tecnologia, está mentalmente com muitos anos de atraso para o uso razoável de suas invenções. Estávamos, e de certo modo continuamos, despreparados para receber tão altos benefícios científicos e tecnológicos, pois não só não nos preparamos materialmente para recebê-los (o trânsito nas cidades é exemplo), como não nos preparamos mental e psicologicamente para os fruir com inteligência.

Esse despreparo, não temos dúvida, é mais vinculado à questão da idade mental dos homens em geral, que às questões ligadas à educação em geral e à capacidade de adaptação humana para tudo que é criado para além de seus instintos.

A idade mental é inegavelmente uma barreira. Isto é, contra ela pouco se pode fazer. Ou só é possível, no que é possível, exercendo-se sobre ela permanente controle, o que, sob certos ângulos, pode nos conduzir a uma justificação das teses totalitárias aplicadas no campo do poder.

A conjectura que acabamos de fazer no período acima não é nada alentadora do ângulo de uma visão inteligente e, portanto, democrática da vida, como certamente não foi nada alentador para a civilização norte-americana a conclusão a que chegou o inquérito Herkes, realizado em 1917, a respeito dos oficiais e soldados do exército americano, no qual, segundo nos parece com certo exagero, foi apurado que 46% desses oficiais e soldados estavam mentalmente abaixo dos treze anos (ver pág. 38 da citada obra de **Alexis Carrel**).

* * *

Assim, as tão reclamadas soluções de massa são, a nosso ver, em grande parte, provas palpáveis de nossos despreparos para com inteligência e espírito usarmos (e fruirmos) as esplêndidas ofertas da tecnologia; inventadas, para a nossa maior produtividade e potência, para o nosso prazer e lazer, assim como para a nossa maior e melhor desenvoltura nas atividades criadoras.

É preciso ter-se em vista que as soluções de massa não são somente de custos mais baixos. São também mais fáceis. Exigem menos dos que as promovem e as conduzem, assim como dos que nelas são abrangidos e compelidos. Pois, através da padronização e do uso quase compulsivo para todos, mais fácil faz-se tudo o mais, embora as soluções não resolvam, nem tragam alegria a ninguém.

Do ângulo totalitário, nada melhor do que incentivar ditas soluções, substituindo sempre umas por outras semelhantes ou equivalentes, ou, ainda sucedâneas, não deixando praticamente margem de opção para soluções mais diversificadas, mais restritas, mais singulares, mais específicas, e, por isso mesmo, mais ricas de conteúdo inteligente. Segundo o enfoque do referido ângulo, o psiqlismo social, através das referidas soluções, tende naturalmente a tornar-se uniforme e mais acomodado, revelando-se extravagante qualquer impulso para diferenças e individualizações. Não

que estas deixem de existir. Elas são simplesmente sufocadas, reprimidas, impedidas, senão até encaradas como anti-sociais ou mesmo impatrióticas. E talvez o sejam a partir de uma visão abrangente, no cômputo da qual o item da idade mental do homem em geral seja levado decisivamente em conta para, de um lado, organizar-se a sociedade, mantê-la organizada e em permanente processo de organização e, de outro, admitir-se o valor liberdade, até onde ou até que ponto.

12) O Totalitarismo Extra-Ideológico

É evidente que a industrialização levou-nos paulatinamente a isso. A esse processo levou-nos o capitalismo. E desse processo é evidente que se têm aproveitado os ideológicos totalitários, invariavelmente inclinados em estabelecer padrões gerais e compulsivos que tornem mais fácil (e menos tormentosa) a construção do estado ideal para uma sociedade massificada de uma ponta a outra.

Desta sorte, o totalitarismo encarado à luz dos ângulos que vimos apontando, é mais, muito mais, a resultante de recursos materiais postos à nossa disposição pela tecnologia num mundo que demograficamente cresce assustadoramente, que o fruto de ideologias previamente elaboradas. Isso muito embora em suas interpretações políticas o totalitarismo conduza, como dissemos, a uma noção de poder acima da visão normal do controle humano sobre os humanos.

Os ideólogos, é de presumir-se, foram ou têm sido apenas, sob muitos sentidos, aprendizes de feiticeiro mais ou menos conscientes, se comparados aos cientistas e tecnocratas a serviço de esquemas políticos, e se confrontados, também, sobretudo, com a raça dos homens pragmáticos que deles se acercaram ou deles ou de suas idéias se servem ou serviram para a obtenção de riqueza material, poder e glória.

* * *

Esta idéia de que os ideólogos têm sido assim, apóia-se no contexto de inegável vaidade que lastreia o tipo de inteligência daqueles que se devotam às missões vinculadas à construção de mundos novos; isto é, de mundos que, ao ver deles, venham mais de perto satisfazer a tudo quanto julgam ser o lastro ou a razão de ser dos ideais humanos fundamentais. A idéia lançada, por exemplo, por Marx e Lenine, da "luta de classes" com o conseqüente objetivo de ascensão ao poder da classe operária, é típica dessa distorção da realidade. Uma distorção programada, isto é, consciente, apoiada numa reconhecida falsa perspectiva; mas, com suficiente força, como idéia-força, para mobilizar ressentimentos, acicatar emoções e, por essas vias, tornar possível a tomada do poder pelas vanguardas de sempre, que de vanguardas só têm o nome, pois que, na verdade, invariavelmente trata-se de grupos políticos profissionais para os quais dita tomada do poder vale, por si, qualquer preço a pagar.

* * *

Retornando, porém, ao que vínhamos dizendo, o fato é que a ambição humana de domínio e controle não só sobre a natureza, mas sobre os próprios homens, capaz de submetê-los em grau jamais imaginado pelas tira-

nias do passado, não tem sido atingida nas últimas décadas pelas vias normais das tiranias. Antes, sim, pelas portas travessas dos esquemas de operação (e das máquinas de execução) criados pela tecnologia e postos à disposição dos que buscam o poder, que, por sua manutenção, são capazes de tudo. Capazes, inclusive, de supremas omissões em face do referido "mau uso", como se nada tivessem a ver com este, ou como se este não afetasse, como de fato afeta, até a defesa do próprio poder que detêm.

É que os recursos da nova tecnologia não estão só à disposição deles. Estão à disposição, também, de grupos e pessoas interessados em minar os fundamentos da sociedade atual, preparando os de uma sociedade futura que provavelmente não será melhor que a nossa do ângulo ético-espiritual.

13) A Estratégia da Sociedade Democrática (O Poder, o Estado e a Administração)

Das teses que vimos sustentando, de que existe, de um lado, íntima correlação entre democracia e o tipo de administração implantado e, de outro, que a tecnologia pode vir a ser usada justamente em benefício da primeira, apurando inclusive valores como sejam verdade e justiça, de fundamental interesse para a defesa e o aprimoramento do sistema democrático, resultam equacionamentos objetivos, de uso pragmático, sem a existência dos quais, fica evidente, permaneceremos somente nas teses, nada instituindo nem promovendo que se possa realmente contrapor às tendências totalitárias que ineludivelmente marcam a sociedade moderna.

* * *

A atitude liberal diante da vida e, muito especialmente, no convívio dos seres humanos entre si, assim como a que lhe é oposta, fundada na autoridade, dando ensejo às crescentes e absorventes tendências à opressão de muitos por alguns poucos; ambas essas atitudes promanam, são informadas, reforçadas ou não por uma multiplicidade de fatores culturais, psico-sociais, educativos, religiosos, políticos, institucionais e históricos que fazem não só de cada povo e nação, mas, de cada ser humano, um modelo. Um modelo e um exemplo.

Modelos e exemplos que necessariamente as expressarão segundo uma infinita gama de tipos e subtipos, dando margem a seus exemplares máximos, liberais ou autoritários, que dizemos ser por índole ou por formação seus paradigmas e estereótipos, ou suas figuras carismáticas.

* * *

De certa feita já sustentamos que liberais somos nós, alguns homens entre os homens, não se podendo, em sã consciência, conceber-se jamais um estado, isto é, um poder instituído que assim o seja. O estado, o poder, podem e devem ser organizados para serem democráticos. Não para serem liberais, porém. Liberais, serão algumas das correntes de pensamento que os influi, os ilumina e por vezes os inspira. Mas invariavelmente com relação a casos concretos. Nunca como linha de ação e de comportamento permanentes. O poder e o estado hão de ser concebidos, assim, antes como instituídos para o fim intransferível e específico de promover justiça. E de garantir o convívio, ante a prévia garantia de segurança e de ordem.

Animar, ajudar, modelar em caráter geral todas as iniciativas suscitadas, ou apenas sugeridas na sociedade sob seus impérios, que visem ao enriquecimento ou ao desenvolvimento nacional sob quaisquer de seus ângulos, como as das boas relações com as sociedades congêneres, eis o que realmente compete ao poder e aos estados.

O poder e o estado não são indiferentes às doutrinas de quaisquer espécies; mas, perante elas, para quaisquer efeitos — e para refletirem a instalação de poder ou estado democráticos —, não de atuar como fatores disciplinadores e corretivos, pois, embora em princípio exista paridade entre as doutrinas entre si, e deva existir tratamento justo e equânime para todas elas, é de se convir que algumas, por extravagantes, antinacionais, ou simplesmente destrutivas ou depressivas, reclamam medidas preventivas que delas defendam a sociedade de modo global.

Aí justamente é que entra o caráter não-liberal do poder e do estado. Eles existem justamente para isso também; para, com fundamento na autoridade institucionalizada em princípios e leis fundamentais, preservar e manter o caráter nacional das sociedades às quais regem.

Preservar e manter, sem que nem por isso as comprimam e as estag-nem, preservando-as *a fortiori*, como se o tempo não fosse o que é, tempo, coisa que muda de fração de segundo em fração de segundo; como se a vida não fosse o que é, vida, algo que permanentemente se transforma e evolui; como se as culturas e as civilizações não fossem o que são, tantas, através dos tempos.

Nesse sentido, o poder e o estado, para cumprirem suas missões primaciais, aquelas para as quais no tempo histórico foram instituídos e criados, não de ser, necessariamente, a menos que nas ditas missões se frustrem, progressistas, isto é, invariavelmente voltados para o futuro, assentados embora, apoiados embora, nos fatores históricos das sociedades que lhes deram margem, ensejo e validade.

Assim, o poder e o estado, do mesmo modo que não podem ser liberais em si, não podem ser reacionários no sentido de esclerosados em frente às mudanças sociais, econômico-sociais, culturais e civilizadoras que, no curso do tempo ou ostensivamente, vão percorrendo e alterando o corpo social de determinada nação em sua complexíssima estrutura.

E tanto quanto não podem ser liberais nem reacionários, não podem ser também concessivos ou permissivistas no sentido de isentos, ou indiferentes à imoralidade, à depravação e aos desregramentos morais, ainda que confinados a grupos minoritários, especialmente se projetarem ser representativos das sociedades nas quais se enquistam.

O poder e o estado, valendo-nos de uma imagem usada na arquitetura, são eles próprios arquiteturas permanentes e permeáveis às arquiteturas de ~~por si~~ e em geral, mas aptas, moldadas para a todas conter nos limites que lhes correspondem, a todas abrangendo numa só arquitetura; que, no caso, será (ou é) a própria arquitetura nacional, aquela que a cada sociedade, povo, nação e estado corresponderá para sua expressão universal, no conjunto dos povos, no curso da história.

E eles só serão democráticos, só serão a expressão viva e coletiva da índole e da cultura democrática, se não forem em si mesmos, como organizações e entes institucionais e constitucionais, se não forem, repetimos, liberais, reacionários e permissivos. Pois, para serem expressões, reflexos e propulsores das visões democráticas do existir e, conseqüentemente, criações da mente democrática, não de ser, acima de tudo, justos, ou seja, expressões do espírito de justiça reinante nas sociedades sob suas jurisdições; espírito este que é sempre a resultante de uma filosofia moral transcendente, não imediatista, e nos povos impregnada pelo exemplo de seus maiores, de seus fundadores e de suas camadas governantes.

Conseqüentemente, tendo-se em vista as características acima expostas, assim como tudo mais quanto dissemos no curso deste trabalho (inclusive o apontado por **Alvin Toffler** a respeito da transitoriedade, da novidade e da diversidade), podemos então equacionar a estratégia das sociedades democráticas, assim como dos estados e das administrações que lhes correspondam, como se segue:

1 — A sociedade há que ser necessariamente uma sociedade aberta, na qual sejam ativadas todas as iniciativas privadas e públicas que estimulem a participação no esforço nacional comum em busca de sua segurança, seu desenvolvimento e sua múltipla expressão.

2 — O estado é, deve ser, e por aí encontra sua maior justificação, o fiador da segurança para a referida múltipla expressão.

A missão do estado de ser o fiador da múltipla expressão será tanto mais corretamente exercida quanto menos o estado se fizer de si mesmo o espelho e o guia dessa expressão.

3 — A administração — e aqui repetimos que não somente a pública em todos os seus níveis, mas a privada como ente também de caráter social — é, deve ser, a tradutora e a executora das iniciativas que a política nacional ditar para o estabelecimento e o enraizamento de estruturas sociais cada vez mais democráticas.

As estruturas sociais serão cada vez mais democráticas quanto menos se fundarem na autoridade e mais resultarem do consentimento e da participação.

4 — O estado é o instrumento da promoção da justiça sob quaisquer ângulos, competindo-lhe, em termos ordenativos, apoiados em leis específicas, não só garantir a existência de justiça social na estrutura social, mas tudo fazer no sentido de aumentá-la cada vez mais, reduzindo ao mínimo os desníveis sociais existentes, ou os que tendam a se agravar.

A distribuição da renda é item fundamental para o alargamento do campo dessa justiça. A tributação proporcional e progressiva é instrumento decisivo de correção de distorções e de continuado processo de implantação da dita justiça. É este o caminho do verdadeiro socialismo.

5 — A sociedade vive. A vida é da sociedade. O estado protege a vida da sociedade, sem exagerar, isto é, sem fazer dessa proteção caminho de injusta repressão, apoiada em falsa moralidade, ou ideologia oficial.

A única ideologia oficial admissível no estado democrático é a de que ele é o instrumento de força assecuratório das manifestações das ideologias em geral, segundo as normas e rituais previamente estabelecidos.

O estado, como dissemos, não é liberal, não é reacionário, nem permissivo. Ele é o que é: o estado, isto é, o depositário do poder e da justiça. A organização do estado é, deve ser, portanto, forte; suficientemente forte para pairar sobre todas as demais organizações da sociedade, sem que nem por isso necessite assentar-se no falso princípio de que é ele o suserano das demais organizações.

6 — À sociedade — e, portanto, à iniciativa privada — compete a regulação do mercado de oportunidade, competindo ao estado intervir toda vez que a competição tender a se fazer mais imperfeita do que é na ordem objetiva. Dita intervenção não se fundamenta, apenas, em razões econômicas e/ou financeiras. Ela tem por apoio as questões de segurança e de justiça social.

Diz-se que uma sociedade é aberta, e, pois, democrática, inclusive porque na referida regulação a participação do estado é supletiva, ainda quando seja por ele assumida ou dele seja privativa. Com isto procuramos assinalar que a posição do estado é, no seu cerne, jurídica, e tão-somente jurídica no sentido mais corporal possível.

É ele a própria encarnação do direito público. Assim, tudo mais quanto fizer colateralmente à referida posição, ele o faz não tendo em vista a si mesmo; mas sim, à sociedade encarada do ponto de vista do interesse nacional, que, no caso, confunde-se com o interesse da própria sociedade.

7 — A sociedade democrática é visceralmente resistente ao gigantismo não só do estado, mas de todos os seus próprios empreendimentos. Isto é, numa sociedade democrática os poderes em geral são tanto quanto possível distribuídos segundo fórmulas de equilíbrios e balanceamentos, de modo que, no campo de suas instituições em geral, assim como de suas empresas, não venham a existir algumas que, pela simples presença, ilidem a concorrência, visto que são, a rigor, detentores de monopólios e, assim, de poderes que fazem da concorrência uma farsa.

8 — O princípio da concorrência ou da livre iniciativa, portanto, é fundamento da estratégia democrática sob todos os sentidos, uma vez que sua falta ou ausência não é somente péssima no campo econômico e econômico-financeiro. É péssima em tudo mais. Assim, uma sociedade só é aberta quando é democrática; e só é democrática se assentada no princípio da livre iniciativa ou livre concorrência. O fato de, na ordem objetiva, as chamadas livres concorrências ou iniciativas tenderem ou se inclinarem a ser mais imperfeitas que perfeitas não justifica o seu abandono, pelo contrário. Os princípios da livre concorrência ou da livre iniciativa são daqueles que foram artificialmente criados pelo homem no contexto geral dos procedimentos democráticos, numa espécie de imitação transfigurada da própria natureza. Pois, é evidente que, sem eles, realisticamente, seria somente a força que a tudo presidiria.

Conseqüentemente, o estado, realisticamente, quebrantando o direito da força, tem como missão precípua, num sistema democrático, garantir os princípios e a ativação vivencial da livre-concorrência e da livre-iniciativa, mediante a criação de normas para tanto específicas, inseridas na força do direito vigente, às quais todos os mais interesses devem ficar submetidos.

9 — A sociedade democrática é estruturalmente flexível, dinâmica, auto-ajustável, dialogável, estimulante e oportuna. Quando tende a perder estas características, é porque está deixando de ser aberta para tornar-se rígida.

O estado de uma sociedade democrática ou tem também essas mesmas características ou não é uma organização estatal para a democracia. Isto é, não é uma organização estatal afeita a encarar a multiplicidade de expressão da sociedade como fato natural e até necessário à arte de governar.

A administração, numa sociedade e num estado democrático, necessariamente deverá ter também as mesmas características e, se não as tem, ou se não as adquire, isto decorre ou do fato de ser uma administração antiquada, superada na sua organização e métodos, ou de haver sido organizada para fins autoritários, senão mesmo totalitários.

Voltamos a insistir que quando falamos do fator administração não o fazemos tendo em vista apenas o setor público. Falamos em caráter geral, que a todos os setores abrange. Assim sendo, as características da sociedade democrática são, também, características de todas as instituições e empreendimentos de si própria, tanto mais que será sempre salutar se o setor público da administração venha a assemelhar-se cada vez mais ao setor privado, em vez deste último parecer-se cada vez mais com aquele em tudo quanto, nele, é específico, próprio e privativo.

Desse modo, numa administração para a democracia, expressão que usamos no curso deste trabalho, há de haver necessariamente a preocupação de não se esteriotipar o fator administração, de não transformá-lo em arquétipo.

Sem esquecer a advertência de **Karl Mannheim** (ver "Ideologia e Utopia" — pág. 143 — ZAHAR EDITORES — 2ª edição, 1972) de que é tendência fundamental do pensamento burocrático alemão, e a seu ver incorrendo em erro de avaliação, "converter todos os problemas de política em problema de administração", diríamos, para situar o mais precisamente possível o que pretendemos significar com este tópico, diríamos, repetimos, que, na vida (salvo os nossos mundos subjetivos e emocional, que são infinitos) tudo o mais ou é ou requer administração. Daí a significativa importância do fator administração. A própria economia interna da vida há de repousar, como de fato repousa, num certo tipo de administração, do qual conhecemos rudimentos.

Daí restar, por sua vez, a necessidade de, para haver democracia, existir um tipo de administração que lhe seja peculiar, tipo este intimamente vinculado à estratégia da sociedade democrática. Sociedade esta que, evidentemente, é regida por uma política democrática, inspirada, por sua vez, numa filosofia de vida democrática, que, sem dúvida, requer tam-

bém, para ser acionada, para vir a transformar-se em fatos políticos, a existência de uma administração para si própria, adequada aos fins aos quais ditas filosofia e política se propõem.

Conseqüentemente, será útil no curso da leitura deste tópico ter em vista que o fator administração, por ser da maior relevância na vida em geral, pois necessário inclusive na vida dos próprios indivíduos, para se fazerem úteis até para si mesmos, é fator que não pode ser descuidado, especialmente se e quando se pretende democracia. E isto porque, através de seus caminhos, de seus desvios e de seus descaminhos, tudo faz-se possível em matéria de ressentimento popular, de justo descontentamento, de radicalização e de subversão, todos gerados pela promoção da injustiça, pela criação de privilégios e suas decorrentes prepotências.

Já dissemos que a administração é, na verdade, campo dos mais propícios para o combate de guerras frias. É através dela ou de seus instrumentos, e muito mais através dela e de seus instrumentos que da sociedade em si, que são preparados os terrenos que terminam por justificar soluções radicais conduzidas pela demagogia, pois é ela palco e cenário dos mais evidentes para os procurados (e preparados) fracassos de uma ordem social que se pretenda mudar pela violência.

10 — São missões do estado e da administração democráticos promover o desenvolvimento, ainda que este já esteja assegurado pelo volume da riqueza nacional, a renda *per capita*, e a qualidade da tecnologia já em pleno vigor.

O fator desenvolvimento, na democracia, não encerra sentido simplesmente econômico-social. É expressão que abrange a educação e a cultura e, que, em seus alicerces, traduz uma filosofia de vida superior à filosofia do estado, para a construção de uma sociedade aberta, na qual a figura deste último é expressão daquela em vez de ser ela a sua expressão. Fazer com que esse desenvolvimento venha a ser, no presente, e não só na sua projeção no futuro, o desenvolvimento comum a toda a nação e, tanto quanto possível, o de todos os cidadãos considerados de *per si* é parte da estratégia democrática, visto que, à margem desse propósito, é bem provável que se esteja apenas em busca de poderio nacional; poderio este que nem sempre, nem necessariamente reflete e traduz o poder popular; isto é, a riqueza material de todo o povo, o seu bem-estar, o seu desenvolvimento cultural e o seu natural orgulho de assim ser. Isto não em virtude ou para atender a aspirações religiosas, humanitárias ou sociais; mas em decorrência de avaliações econômicas e psicossociais que revelem em que medida pode uma nação moderna considerar participante de seu desenvolvimento o cidadão comum. A tecnologia já oferece hoje em dia condições para avaliações dessa natureza, que dimensionam não só a situação do cidadão adulto, de agora, mas as perspectivas de ascensão e satisfação de seus filhos e netos, em futuro mais ou menos previsível.

11 — São missões do estado e da administração, numa estratégia democrática, manter o nível de segurança nacional e pública, interna e externa, que garanta os níveis do desenvolvimento alcançados, assim como os previstos para serem alcançados; de forma que o desenvolvimento não

venha a transformar-se num veneno social (mercê de desequilíbrios) que provoque, justamente em virtude da carência de prévio e antecipado dimensionamento dos seus vários aspectos, fazendo de alguns ricos mais ricos, empobrecendo muitos que, antes dele, podiam se considerar ricos; e empobrecendo mais ainda os que, antes dele, já eram tidos como pobres no universal consenso.

É esta a atribuição, digamos, complementar, rotineira e permanente dos órgãos de planejamento numa sociedade, especialmente se se a quer democrática. É que ditos órgãos, além de suas missões ligadas às projeções para o futuro mediato ou imediato, têm missão corretiva da mais alta importância e significação. E, no caso, corretiva não apenas em relação à efetiva consecução dos planos e programas, e à respectiva apuração dos rendimentos nacionais, públicos e sociais por estes obtidos. Corretivas mais (e também) na direção dos objetivos democráticos dentre os quais destaca-se o da própria manutenção do estilo democrático de existir e governar.

12 — Outra missão é a de manter os níveis da liberdade num grau de temperatura de tal ordem que a repressão venha a ser de fato, quando necessária, exceção transitória, tendo por fundamento real a manutenção de tais níveis, e não o agravamento do sistema de segurança, inclusive sob o falso pressuposto de que só assim o desenvolvimento almejado, projetado e programado poderá ser alcançado.

13 — Na estratégia democrática o estado e a administração não devem admitir a tendência de confundir-se o que é proibido por afetar a liberdade geral de auto-expressão, com o que é proibido por questões de segurança, sanidade social e pública e de defesa legal da situação de terceiros no conjunto social. Isto a fim de evitar-se, tanto quanto possível, a opressão da uniformidade coletiva sobre os indivíduos em particular, conduzindo-os a sonharem com a liberdade como se ela não fosse, como de fato o é, também biologicamente condicionada e, pois, limitada também pelas leis da natureza.

14 — Faz parte ainda da citada estratégia não esquecer que são insertas ou inscritas nas leis da natureza diferenças essenciais de comportamento e de aspirações entre os homens. Não devemos por isso aproximá-los tão-somente naquilo em que se assemelham, mas aproximá-los levando-se justamente em conta suas diferenças; pois a política contrária a isso é a de lançar bases para uma sociedade de massas à **outrance**, que é sempre compulsória no sentido mais opressivo da compulsão.

15 — O estado e a administração, no contexto de uma sociedade democrática, admitem como natural que justamente em virtude de suas diferenças essenciais, é que o homem se tem distinguido das térmitas e das abelhas, sendo essas diferenças que dele fazem um animal criativo, nem sempre repetitivo, nem condicionado tão-somente pelos instintos.

A história, aliás, a velha e milenar história humana, ou a humana aventura sobre a terra, é toda fundada nas diferenças, e não nas semelhanças. As semelhanças são da espécie humana, não, porém, de suas raças, suas gentes, suas nações, suas sociedades, seus estados e seus indivíduos.

14) Perspectivas do Caso Brasileiro

Focalizar a posição brasileira no quadro das idéias que até aqui sustentamos, parece-nos praticamente obrigatório; pois embora tenhamos exposto em caráter geral, interessa-nos de perto é lançar as linhas fundamentais, ainda que num simples esboço, da estratégia brasileira para a implantação de uma administração para a democracia.

No caso, administração para uma democracia brasileira que leve em conta nossa formação histórica e a índole de nosso povo quanto às suas origens étnicas e culturais, assim como a que se vem plasmando através das contribuições migratórias de italianos, alemães, sírios e japoneses, principalmente.

Não vemos o Brasil como um caso singular, no mundo. Vêmo-lo, porém, como campo ainda aberto para o surgimento de uma civilização que, a nosso ver, será altamente representativa de muitos dos procurados ideais humanos de concórdia e, portanto, de respeito fundamental pela pessoa humana.

O fato de nos encontrarmos ainda nisso a que poderíamos chamar de **estágio em ser** e vivendo-o sob os albores de mudanças e transformações que se anunciam, providas especialmente da nova tecnologia que as nações superdesenvolvidas manipulam, dá-nos, a nós, ao lado de outras características que nos são peculiares, as condições básicas para vir a ser a civilização da concórdia. E assim, visceralmente atotalitária, isto é, infensa ao totalitarismo em todas as suas expressões, e não somente a política.

• • •

Dentre as características peculiares que acima referimos, vale registrar que ressaltam:

1 — A amplidão de nosso espaço territorial, cuja ocupação ainda nos pedirá muito tempo. Esta característica, que até então contava ponto negativo para nós, é hoje singular vantagem para a apreensão de nosso futuro em termos mais corretos; isto é, em termos que mais e melhor se ajustem à civilização do futuro, apoiada na cibernética.

2 — A nossa relativa densidade demográfica, se confrontada com o espaço territorial disponível, é, também, uma vantagem. Não em termos de número e medição. Mas, digamos, em termos ecológicos. Pois levamos a vantagem substancial de ser nosso meio-ambiente ainda intocado sob muitos aspectos e, por isso mesmo, apto a situar o homem segundo gradativos processos de adaptação às novas exigências das novas e dinâmicas criações da nova tecnologia.

3 — A inexistência, entre nós, de quistos raciais, talvez por sermos a única nação fundada nas origens étnicas de portugueses, africanos e indígenas, é outra singular vantagem.

Aqui não se verifica o que ocorre, por exemplo, no altiplano andino, onde até as camadas populacionais de origem hispânica guardam, em si

mesmas, muito mais do que nós, as características de seus antepassados. Ou seja, no Brasil, os portugueses, os africanos e os índios incorporados, perderam muito mais de si mesmos que perderam os espanhóis e os autóctones ameríndios. Esses, como que se recalçaram em si mesmos, não dando margem, aos estados e nações que são hoje, a virem ter a possibilidade racial admitida por Honório Rodrigues para o Brasil quanto à criação, ao surgimento, em futuro distante, de uma nova raça: a morena. Raça esta para a formação da qual, ainda, é claro, em futuro longínquo, serão incorporadas as contribuições de outras correntes migratórias que não as básicas, até aqui.

4 — A universalidade maior de nossa visão do mundo, mesmo no estágio de agora, em virtude das naturais conseqüências culturais do apontado no item anterior, é vantagem também a ser considerada. Nós, no Brasil, temos, em razão disso, possibilidades muito maiores para criarmos uma civilização democrática em termos político-culturais, pois nosso nacionalismo não será jamais um nacionalismo do tipo fechado.

A plasticidade decorrente do apontado nos dois itens anteriores, garante-nos dita possibilidade, pois democracia só existe onde sejam cultivadas mentes suficientemente flexíveis para olharem para fora e não só para seus próprios umbigos.

5 — O processo histórico já reconhecido, de que temos invariavelmente percorrido os caminhos da revolução universal pelas vias menos ásperas da conciliação (o que até há pouco tempo se nos afigurou desastroso para as perspectivas de nossa evolução e, conseqüentemente, de nosso desenvolvimento geral), vale-nos hoje como ponto a ser contado positivamente a favor do nosso futuro maior. Isto é, do futuro que, desde já poderemos assegurar, será o de um povo que, no concerto internacional, será decididamente disposto à cooperação, à dirimição de conflitos e à formulação de ajustes, o que nos fará base mundial para a expressão democrática do existir.

Não nos referimos, aqui, à hipocrisia em matéria de relações internacionais, nem às táticas naturais de indefinição daqueles povos que, por não serem potências, necessariamente dançam nas cordas bambas do amaciamento e da política da indiferença, protelando, tanto quanto possível, a irrecorrência de uma definição ou de uma decisão clara.

Referimo-nos a algo que, no caso, há de promanar de nossas próprias características e condições culturais objetivas. Isto é, assim seremos porque de outro modo não poderemos vir a ser. Desse modo, os ideais democráticos em nós, ou melhor, a visão democrática do existir e o clima que disso decorre, serão, em nós, quase que produtos instintivos; pois, decorrerão de fatores impregnados no comportamento social-coletivo de substanciais maiorias de nossa gente. E, assim, nesse caso, o estado brasileiro para cuja corporificação caminhamos, apesar de todos os contratempos ou de todas as ilusões, será o reflexo natural e conseqüente da dita visão.

6 — A administração brasileira, vindo a ser peça decisiva para a criação de uma civilização de natureza aberta e apta, portanto, à incorpo-

ração em si mesma de valores mais universais que restritivos, revestir-se-á cada vez mais e, no futuro, de maneira mais nítida, de aspectos realmente imaginativos, se confrontada com as fundadas em valores mais próximos dos princípios que fundamentam a autoridade. Em razão disso, absorveremos o "choque do futuro" através de uma digestão mais lenta, porém, mais segura; até porque no processo dessa digestão ser-nos-ão favoráveis alguns desníveis sociais e econômicos ainda existentes e, que, por certo, perdurarão até um futuro razoável; quando então nos tornaremos inteiramente aptos para absorvê-los e eliminá-los em extensão e profundidade como a poucas nações será possível.

7 — Assim, numa espécie de conclusão final com relação ao caso brasileiro, somos de fato um país que "tem pressa". Nossa pressa, entretanto, para nos ser rica em conteúdo e resultados, há de ser acionada tomando-se por base os processos democráticos de decisão, sem que, nesses processos, deixe-se de ter em vista que a organização do estado não é liberal, nem reacionária, nem permissiva; admitindo-se, todavia, no corpo social como um todo, variações de temperatura. Essas variações, ainda que algumas tendentes a assumir aspectos depressivos ou decadentes, encerrarão, a nosso ver, a vantagem de restringir ao mínimo a tendência à rigidez peculiar às estruturas sociais. Quanto a estas, será bom que tudo façamos, como técnica de autodefesa, no sentido de sempre influir-lhes flexibilidade interna, ou deixar que a venham adquirir. E se dizemos flexibilidade interna, e tão-somente interna, é por considerar que a flexibilidade, quando inclinada para seu lado externo, o lado de fora de si mesma, simultaneamente inclina-se para processos de auto-esfacelamento, dando margem a justificadas viradas revolucionárias, que, em épocas como a nossa (e cremos que mais facilmente no futuro) poderão ser atingidas ou obtidas, sem que devamos renunciar a tudo quanto garante (e justifica) a existência e a permanência de clima democrático, tal como sustentam as mentes totalitárias, insistindo na tecla de desmoralização da democracia em razão de sua suposta inapetência para a tomada de decisões.

Num país como o nosso, mais facilmente adotaremos soluções sociais com fundamentos socialistas, digamos assim, se cultivarmos o debate, e, se, desse debate escolhermos como caminho natural a adoção de medidas de índole mais popular, que resultem, ao final, em medidas de força, adotadas no campo do poder, destinadas a erradicar desníveis.

Aqui chamamos "medidas de força" as medidas que traduzem a presença de espírito revolucionário, sem que de dita presença imponham-se, de um lado, a radicalização de posições e, de outro, a compulsoriedade totalitária.

Dissemos, no corpo do presente trabalho, que será à sociedade em seu sentido global e, portanto, à iniciativa privada, que compete a regulação do mercado nacional de oportunidades, mercado este que não é senão o reflexo natural da vida e do estágio cultural da sociedade, em seu *animus*.

Assim, o estado e a administração são apenas projeções de algo que, a rigor, lhes preexiste, embora seja fundada a presunção de que não é possível a existência de nenhuma sociedade, em termos modernos, sem

os elementos aglutinadores estado e administração, dela nascidos, para sua própria segurança e seu ordenado florescimento.

Se a índole da sociedade é (ou for) democrática como julgamos ser a índole brasileira, democráticos serão, necessariamente, o estado e a administração que a representa.

15) Conclusões

1. A nova tecnologia prepara para o ser humano um mundo que até aqui ele não viveu.
 2. Em virtude do acima apontado, muito do mundo em que vivemos já está irremediavelmente superado.
 3. Há o risco não de todo improvável de que o "mau uso" da tecnologia continue e se agrave.
 4. Resta-nos a necessidade (e o dever) de lutar contra o acima apontado, preparando-nos, desde já, para viver o que a nova tecnologia nos promete e certamente nos dará, se combatermos, também desde já, o "mau uso" que dela já se vem fazendo.
 5. O sistema democrático, por ser menos rígido, é provavelmente o mais apto para nos conduzir a esse futuro com maior percentagem de prévia adaptação. Por sua vez, embora assim, o sistema democrático se tem revelado muito vulnerável aos objetivos do sistema totalitário. Dito sistema, por sua vez, tem sido facilitado pela tecnologia, que, a rigor, nada tem a ver com ele, mas lhe oferece, já nos dias de hoje, armas não previstas pelos velhos ideólogos.
 6. Administração é fator decisivo na vida humana, mas tanto pode servir aos objetivos do sistema totalitário como aos objetivos do sistema democrático, por se tratar de instrumento basicamente frio e equidistante sob os aspectos ético e político.
 7. O sistema democrático precisa dispor de administrações que lhe sejam adequadas, a fim de que, sem concessões, mantenha níveis razoáveis de liberdade para a expressão do ser humano em termos não totalitários.
 8. Quando o sistema democrático instala dentro de si mesmo entidades administrativas sob critérios totalitários, prepara os caminhos de sua própria morte, através de autênticos "cavalos de tróia".
 9. A segurança democrática é substancialmente diversa da segurança totalitária, pois, enquanto esta última existe para garantir o sistema totalitário, a segurança democrática é instalada para garantir a sociedade na sua múltipla capacidade de expressão.
- Assim, nesse sentido e com essa direção, a segurança no sistema democrático é muito mais fiança da liberdade relativa que ao ser humano é possível fruir, que a garantia de sua obediência.
10. O desenvolvimento é o fator para a obtenção de segurança, e garantia de vir a existir administração democrática.

11. A democracia, assim como a sociedade, o estado e a administração que lhe correspondem, são riscos e compromissos da própria singularidade animal humana.

Isto é, não fora o homem o animal que é, tão distinto dos outros em relação a uma infinidade de itens, provavelmente jamais teria proferido a palavra democracia, e nem por longe teria tentado instituí-la como sistema de vida e expressão de sua própria expressão.

12. E provável que se o acima dito não tivesse ocorrido, não tivesse o homem já alcançado o desenvolvimento mental que já alcançou, do qual é fato indiscutível o nível já atingido por sua ciência e sua tecnologia; pois, queira ou não a mente totalitária, foram os vendavais e as brisas da liberdade, ainda que mal canalizados, que deram ensejo aos aspectos positivos do mundo moderno.

Por sua vez, é bem provável que ditos vendavais e brisas continuem a soprar no futuro, abrindo novas clareiras no campo da liberdade, fundando-se dita esperança numa mais que provável reação da inteligência à estupidez em que ela mesma vem incorrendo nesses últimos cinquenta anos, quando se tem defrontado com as proposições da mente totalitária.

Em certa oportunidade, afirmamos que a futurologia como tal não nos comove. Lembramos esta nossa posição para coerentemente assinalarmos que nossa recorrência às três idéias fundamentais de **Alvin Toffler** funda-se no fato de que ele estudou o futuro como advertência para o presente, insistindo nos aspectos humanos da superindustrialização que apenas se inicia.

E mais que isso, juntou à advertência a convicção (que fazemos nossa, também) de que a superindustrialização, em vez de nos conduzir à hegemonia, à compulsão e à estandardização totalitária, conduzir-nos-á à diversificação democrática, embora, às tantas, em seu livro, venha a dizer que a democracia (a democracia política, certamente), tal como hoje a entendemos, será, no futuro, "peça dos arquivos de nossa ignorância".

De fato, a nosso ver, não será assim, pois, a rigor, a democracia política, desde o seu mais remoto passado até os nossos dias, não percorreu senão as veredas de seus primórdios. É ponto pacífico que as instituições políticas, por melhor sonhadas e por melhor elaboradas, se têm revelado aquém dos seus propósitos. Ou se têm mostrado irrealis e, portanto, fracas, ou demasiado sólidas como representativas de meros domínios.

Mas, quanto ao que discutimos, a verdade é que se a superindustrialização vier a produzir a sociedade baseada na opção como pensa **Toffler** — e na opção em todos os seus sentidos, não apenas o sentido material —, lícito será concluir-se que, embora com profundas e até imprevisíveis modificações operacionais, o homem tenderá a organizar-se politicamente, em termos cada vez mais democráticos.

Até porque só assim, e exclusivamente assim, poderá o homem gratificar a si mesmo com os benefícios e o grau de liberdade que só a superindustrialização admitirá.